



USINA AÇUCAREIRA S. MANOEL S/A

Fazenda Boa Vista, s/n - Zona Rural - São Manoel/SP - CEP 18650-970
CNPJ/MF nº 60.329.174/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2023

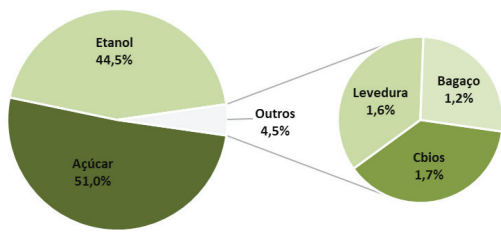
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
É com prazer que submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Usina Açucareira S. Manoel S/A ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de março de 2023, comparadas com 2022 e acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Esses documentos foram elaborados e estão sendo apresentados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que seguem as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) até 31 de março de 2023 e contém todos os dados necessários à análise das atividades e desempenho da Companhia no exercício. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se julguem necessários.

Contexto Operacional e Econômico
O desempenho operacional e econômico da Companhia, nesta safra, demonstrou resultado positivo, frente às instabilidades econômicas e tributárias que afetaram os preços do etanol, bem como, a alta de preços e ofertas de insumos devido ao cenário econômico global e, mais uma vez, reforçou nossas convicções positivas sobre o modelo de gestão que vem sendo adotado.

Resultado do exercício
As receitas líquidas atingiram R\$ 946.345 mil, superior ao ano anterior (R\$ 938.956 mil). O lucro líquido do exercício apresentado foi de R\$ 134.735 mil comparado a R\$ 201.875 mil do ano anterior, representando uma rentabilidade de 11,2% do patrimônio líquido, contra 18,4% do ano anterior.

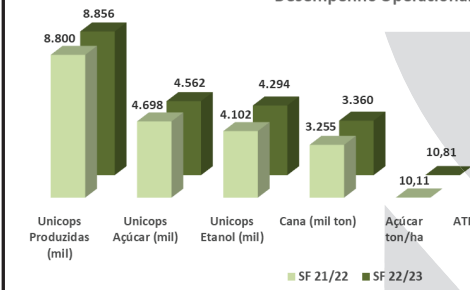
Abertura da Receita Líquida - SF 22/23



Patrimônio líquido
Totalizou o valor de R\$ 1.207.065 mil em 31 de março de 2023, com crescimento de 10,2% em relação ao exercício anterior (R\$ 1.095.645 mil).

Desempenho operacional
Na safra 22/23, finalizada em 21/12/2022, foram processadas, ao todo, 3.360 mil toneladas de cana (3.255 mil ton. em 2022) com uma produtividade superior em 9,1%, sendo 77,8 ton cana/ha nesta safra contra 71,3 ton cana/ha da safra anterior, obtendo-se um rendimento industrial de 139,0 kg ATR/tonelada cana contra 141,8 kg da safra anterior, produzindo-se um total de 8.856 mil unicops (8.800 mil unicops em 2022), sendo 4.562 mil de açúcar e 4.294 mil de etanol, produção essa integralmente comercializada no exercício.

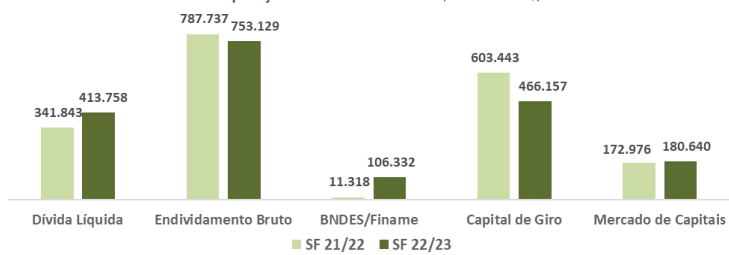
Desempenho Operacional



Desempenho financeiro
Durante a safra 22/23, a estratégia utilizada pela Companhia foi a de redução do endividamento de modo a consumir o estoque de caixa acumulado durante o período da pandemia para a liquidação da dívida corrente, reduzindo desta forma o custo financeiro.

A Companhia reduziu o passivo de empréstimos e financiamentos (nota 20), encerrando a safra com o saldo de R\$ 753.129 mil (R\$ 787.737 mil ano anterior), líquido dos contratos de derivativos - swaps (nota 26) representando uma redução de R\$ 34.608 mil (R\$ 12.334 mil na safra 21/22), a dívida líquida (saldo de empréstimos e financiamento, líquidos dos saldos de derivativos, de caixa e equivalentes de caixa e conta corrente Copersucar) fechou com o saldo de R\$ 413.758 mil (R\$ 341.843 mil em 21/22).

Composição do Endividamento (em milhares de R\$)



A variação da dívida líquida reflete o aumento dos investimentos em produtividade agrícola e dos custos de produção devido à instabilidade econômica e tributária no mercado nacional, bem como, a alta de preço e oferta de insumos como fertilizantes, petróleo, commodities e problemas relacionados à logística nas operações de importação e exportação de maneira geral, devido ao cenário econômico global, atrelado à isso, o custo financeiro aumentou de maneira significativa, com a alta elevação na taxa Selic.

Foi captado ao longo do período o montante de R\$ 184.500 mil (R\$ 255.000 mil na safra anterior) para a manutenção do nível estrutural de endividamento da Companhia. Destacamos a captação junto ao BNDES no montante de R\$ 100.000 mil, através da linha de Renovabio, recurso destinado ao incentivo da melhoria da eficiência energético-ambiental e da certificação da produção de etanol, onde o custo é significativamente baixo e, além disso, este crédito é um ESG (Ambiental, Social e Governança), pilar ao qual a cadeia da Usina São Manoel se sustenta.

Investimentos
Para finalização dos projetos industriais e agrícolas estabelecidos, bem como a realização dos tratos culturais, renovação e expansão dos canais, inclusive para fazer face à proposta orçamentária do exercício anterior, os investimentos totalizaram o montante de R\$ 392.733 mil, sendo que, em 2022, os mesmos foram no importe de R\$ 334.926 mil.

Composição do CAPEX (em milhares de R\$)



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022

<i>(Em milhares de Reais)</i>					
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota
Caixa e equivalentes de caixa	6	245.700	355.446	Fornecedores	19
Instrumentos financeiros derivativos	26	8.702	10.101	Empréstimos e financiamentos	20
Conta-corrente - Cooperativa	7	93.671	90.448	Impostos e contribuições a recolher	22
Contas a receber	8	281	100	Impostos parcelados	22
Estoques	9	76.118	94.294	Salários e férias a pagar	18
Ativo biológico	10	248.768	188.729	Arrendamentos e parcerias a pagar	13
Impostos a recuperar	11	11.065	3.245	Outras contas a pagar	13
Ativo fiscal	12	8.383	3.169	Total do passivo circulante	
Outros créditos	13	542	458	Empréstimos e financiamentos	20
Total do ativo circulante		693.230	745.990	Obrigações - Cooperativa	21
Realizável a longo prazo				Impostos parcelados	22
Instrumentos financeiros derivativos	26	10.092	17.868	Provisão para contingências	23
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	8.341	8.329	Outras contas a pagar	13
Impostos a recuperar	11	13.932	13.910	Arrendamentos e parcerias a pagar	18
Ativo fiscal	12	4.689	4.390	Impostos de renda e contribuição social diferidos	24
Outros créditos	13	57.813	33.748	Total do passivo não circulante	
		94.867	78.245	Patrimônio líquido	25
Propriedades para investimento	15	403.947	331.788	Capital social	548.919
Investimentos	16	101.046	83.907	Reservas de lucros	297.869
Imobilizado	17	1.426.885	1.370.905	Ajustes de avaliação patrimonial	355.216
Direito de uso	18	255.279	268.259	Dividendo adicional proposto	5.061
Intangível	19	911	1.691	Total do patrimônio líquido	1.207.065
Total do ativo não circulante		2.282.935	2.134.795	Total do passivo	1.769.100
Total do ativo		2.976.165	2.880.785	Total do passivo e patrimônio líquido	2.976.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	28	946.345	938.956
Valor justo do ativo biológico	10	16.250	24.275
Custo das vendas	29	(740.330)	(626.331)
Lucro bruto		222.265	336.900
Despesas operacionais			
Despesas comerciais	29	(1.181)	(689)
Despesas administrativas gerais	29	(47.945)	(43.698)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	30	117.760	53.744
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		290.899	346.257
Receitas financeiras	31	41.850	21.323
Despesas financeiras	31	(167.192)	(90.173)
Resultado financeiro líquido		(125.342)	(68.850)
Participação no resultado de empresa investida por equivalência patrimonial	16	31.387	35.879
Resultado antes dos impostos		196.944	313.286
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	-	(44.178)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	(62.209)	(67.233)
		(62.209)	(111.411)
Lucro líquido do exercício		134.735	201.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		134.735	201.875
Instrumentos financeiros derivativos			
Hedge accounting - operações câmbio	26	5.110	8.205
Efeitos tributários de hedge accounting	26	(1.738)	(2.790)
Resultado abrangente total		138.107	207.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

<i>(Em milhares de Reais)</i>		
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022	2023	2022
Receitas		
Vendas de produtos	1.026.193	1.020.819
Outras receitas líquidas	117.760	53.744
	1.143.953	1.074.563
Insumos adquiridos de terceiros		
Material, energia, serviço de terceiros e outros	(245.778)	(194.532)
	(245.778)	(194.532)
Valor adicionado bruto	898.175	880.031
Depreciação e amortização	(267.587)	(248.711)
Consumo ativo biológico	(142.683)	(98.189)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	487.905	533.131
Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial	31.387	35.879
Receitas financeiras	41.850	21.323
Ajuste a valor presente de arrendamentos	(15.593)	(12.581)
Variações cambiais e monetárias	(13.599)	17.979
Instrumentos financeiros derivativos	(9.175)	(27.933)
	34.870	34.667
Valor adicionado total a distribuir	522.775	567.798
Remuneração direta	114.412	100.352
Benefícios	23.978	19.983
FGTS	8.210	7.915
Pessoal	146.600	128.850
Federais	77.228	138.819
Estaduais	30.874	26.445
Municipais	1.703	1.628
	109.805	166.892
Impostos, taxas e contribuições	128.825	67.638
Arrendamentos	2.810	2.543
Remuneração de capitais de terceiros	131.635	70.181
Dividendos	18.055	35.556
Lucro líquido do exercício	116.680	166.319
Remuneração de capitais próprios	134.735	201.875
Distribuição do valor adicionado	522.775	567.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<i>(Em milhares de Reais)</i>						
	Nota	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendo adicional proposto	Total do patrimônio líquido
		Investimentos	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de abril de 2021	25	463.800	11.508	85.119	355.058	919.965
AGQ/E de 25 de junho de 2021		15.513	-	(15.513)	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(4.480)	(4.480)
Realização do custo atribuído		-	-	1.383	(1.383)	-
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	16	-	-	(7.810)	-	(7.810)
Realização custo atribuído em investida		-	-	35	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - Hedge accounting		-	-	5.415	-	5.415
Lucro líquido do exercício						201.875
Destinações do lucro líquido:						
Reserva legal		-	10.094	(10.094)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	(19.320)	-	(19.320)
Dividendo adicional proposto		-	-	(16.236)	16.236	-
Reserva para investimentos		-	-	(157.643)	-	-
Saldos em 31 de março de 2022	25	479.313	21.602	227.249	351.245	1.095.645
Aumento capital conforme:						
AGQ/E de 23 de junho de 2022		69.606	-	(69.606)	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(16.236)	(16.236)
Realização do custo atribuído		-	-	1.913	(1.913)	-
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	16	-	-	2.543	-	2.543
Realização custo atribuído em investida		-	-	31	(31)	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - Hedge accounting		-	-	3.372	-	3.372
Lucro líquido do exercício						134.735
Destinações do lucro líquido:						
Reserva legal		-	6.737	(6.737)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	(12.994)	-	(12.994)
Dividendo adicional proposto		-	-	(5.061)	5.061	-
Reserva para investimentos		-	-	(111.887)	-	-
Saldos em 31 de março de 2023	25	548.919	28.339	269.530	355.216	1.207.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional
A Usina Açucareira S. Manoel S/A, ("Companhia"), com sede na Fazenda Boa Vista, s/n, Zona Rural, município de São Manoel, Estado de São Paulo - Brasil, tem por objeto a fabricação de açúcar e etanol que são comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e demais produtos derivados da cana-de-açúcar; prestação de serviços agrícolas pertencentes à cultura canavieira; exportação de produtos originários de sua produção; importação de produtos, máquinas e equipamentos correlatos ao seu objeto social. Parte substancial da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é de produção própria. A Companhia é uma co-operada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo para a qual transfere toda a produção de açúcar e etanol para comercialização de acordo com o contrato de safra entre as partes.

2. Entidade da Companhia
A Companhia possui participação societária, conforme destacada abaixo:

Controlada:	País	Participação acionária	
		2023	2022
São Manoel Participações Ltda. (a)	Brasil	100,00%	100,00%
Copersucar S.A.	Brasil	4,6198%	4,5933%

(a) As demonstrações financeiras não foram consolidadas devido à imaterialidade dos saldos da controlada.

São Manoel Participações Ltda.: A São Manoel Participações Ltda., com sede na cidade de São Manoel, Estado de São Paulo - Brasil, tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, incluindo a compra, venda, permuta, subscrição de quotas, ações e/ou títulos conversíveis em quotas e/ou ações. **Copersucar S.A.:** A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP) e tem as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: a importação, exportação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de açúcar, etanol e derivados, nos mercados nacionais e internacionais; a representação comercial de açúcar, etanol e derivados; logística terrestre, fluvial e marítima; transporte de cargas, inclusive peregrinas, e atuação como operadora de transporte multimodal; prestação de serviços técnicos e de consultoria relativos às atividades antes mencionadas; e participação no capital de outras entidades.

3. Declaração de preparação
a. Base de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC): As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 31 de maio de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas uti-

Sustentabilidade

Nossas certificações socioambientais, que atestam a sustentabilidade nas operações da Companhia, foram mantidas na safra 2022/2023 - Bonsucro, Renovabio, Energia Verde, Etanol Mais Verde e Selo Empresa Amiga da Criança (ABRINC), assim como foi renovado o selo Lugares Incríveis para Trabalhar (FIA-USP). Esse período também foi marcado por iniciativas voltadas à redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), como a conquista, pelo quarto ano consecutivo, da categoria Ouro do selo GHG Protocol atribuído ao Inventário de Gases de Efeito Estufa, bem como o aumento da comercialização de CBios, em alinhamento à política de descarbonização do setor de transportes do Renovabio.

Para a São Manoel, sustentabilidade é manter a visão e a missão da Companhia presentes em todas as ações e, assim, garantir a confiabilidade de nossos produtos e gestão junto a associados, fornecedores e colaboradores.

Governança

A Governança Corporativa da São Manoel orienta as práticas adotadas em toda a nossa cadeia de valor, a partir dos princípios de valorização do ser humano, respeito aos direitos humanos, responsabilidade socioambiental e cumprimento de normas e regulamentos relacionados às atividades exercidas.

Acreditamos que, por meio da garantia de uma atuação transparente e alinhada às nossas crenças, a nossa missão será fortalecida. Por esse motivo, mantemos um compromisso com esse modelo de gestão, que está registrado no nosso Código de Conduta, assim como norteia a nossa Política de Gestão Integrada.

O jeito de ser São Manoel

O jeito de ser da São Manoel está presente na forma de produzir, de operar e de se relacionar. Nós acreditamos e viabilizamos uma produção pautada na sustentabilidade, cuidando do solo, da água, do meio ambiente e das pessoas. A inovação e o uso de novas tecnologias são outros norteadores das nossas operações, com o objetivo de criar valor compartilhado e desenvolvimento socioeconômico.

No campo social, mantemos, desde o início das nossas atividades, o compromisso de estar cada vez mais próximos de fornecedores, clientes, parceiros, colaboradores e comunidades do entorno, estabelecendo uma relação de transparência e respeito.

Perspectivas

A perspectiva para a Safra 23/24 é bastante positiva, uma vez que nossos canais estão atingindo um ganho considerável de produtividade, alinhado à política de qualidade máxima no campo, advinda de investimentos relevantes e ajustes de rotas de produção.

Em termos de produção de açúcar e etanol, a estimativa é de que a concentração maior continue direcionada para o açúcar, devido aos preços apresentados para a commodity no mercado mundial.

Continuaremos, nos próximos anos, a envair todos os esforços necessários para reduzir os custos da empresa, seguindo métodos avançados de gestão, visando aumentar sua rentabilidade e seu valor para os acionistas, sem, contudo, nos desviarmos dos nossos alvos de sustentabilidade e contribuição com a sociedade, sendo assim uma companhia perene.

Auditores independentes



USINA AÇUCAREIRA S. MANOEL S/A

ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e - seus termos contratuais são específicos, fluxos de caixa que são apenas recebidos em períodos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais de caixa; e - A liquidez, a volatilidade e o risco das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo de conversão em uma opção de compra ou de venda que, se exercida, alteraria os fluxos de caixa de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamento do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros. O valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também podem incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros - classificação, mensuração e reconhecimento:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despeça de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos financeiros no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, o valor justo do passivo modificado é reconhecido a prestação de passivo. Incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos com vencimentos não superior a 3 meses, de alta liquidez e prontamente convertíveis em caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo (não investimento). **c. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: - Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; - Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; - Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **d. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivos. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados em Assembleia de Acionistas da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica, se deliberadas durante o exercício. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas do ativo do imobilizado são transferidas para outros itens, as partes são tratadas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terreno, quando o montante reconhecido em suas vidas úteis, é baseado nos valores residuais são revisados anualmente e ajustados caso seja apropriado. **f. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(i) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A vida útil estimada para *softwares* é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para qualquer pagamento de taxa de imposto devido no início da vida útil do ativo, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso do arrendatário exceder a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a de um ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pelo preço de emissão do instrumento de arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remunerado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração no índice ou taxa, se o pagamento de juros for alterado, ou se o custo do ativo subjacente for alterado. Quando o custo do ativo subjacente for alterado, os valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual e a Companhia altera sua avaliação se exercer a opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em espécie. Quando o passivo de arrendamento é remunerado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de *1 de março de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavaliou o passivo do arrendamento descontando os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de juros de referência atualizada antes de a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de linha linear pelo prazo do arrendamento. Os efeitos da aplicação inicial do movimento contábil de exercício estão apresentados na Nota explicativa nº 18. **(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e - Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperado por 12 meses; - Títulos de dívida com baixo risco de crédito, na data do balanço; e - Outros títulos de dívida de baixo risco de crédito, quais o risco de inadimplência ou o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui

informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ativos que a realização da garantia (se houver alguma); ou - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em informações e estimativas de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros não possuem problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixa de valor contábil bruto do ativo se o crédito está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a execução dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábil dos ativos não financeiros da Companhia, quais os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando o uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **h. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no mês de novembro do mesmo ano. **i. Benefícios de curto prazo empregados:** Demais observáveis: dificuldades de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor em uso e o custo de venda de ativos específicos passivos relacionados. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **k. Receita operacional:** A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Companhia comercializa açúcar e etanol exclusivamente através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. As receitas são mensuradas com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia e com o preço de mercado. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos em conformidade com as orientações contábeis constantes do Parecer emitido em 05/6/2016, de 05 de setembro de 1986, e reconhecidas sempre que ocorre a entrega de produtos para a cooperativa. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, liquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que incluem o custo de provisão para perdas esperadas de crédito são reconhecidos em um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro. A base negativa de contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iii) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo. **(iv) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesas ou ganhos de contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **n. Contas a receber e outros recebíveis:** O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como valor presente de fluxos de caixa futuros esperados de mercado. Os custos de mercado dos juros são refletidos na apresentação das demonstrações financeiras e se equiparam ao valor contábil. **o. Propriedades para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, suas variações são reconhecidas e divulgadas esse fato, quando aplicável, na demonstração das demonstrações de patrimônio líquido. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua colgada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na colgada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da colgada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda por redução ao valor recuperável, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo. O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Companhia conforme demonstrado na Nota explicativa nº 16. **q. Ativo financeiro disponível para venda:** O valor justo do ativo financeiro disponível para venda é baseado na abordagem de mercado. **r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023 (1º de abril de 2023 no caso da Companhia). As alterações serão reconhecidas nas interpretações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(ii) Classificação de Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26):** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. **(iii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais que iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisaram ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. **(iii) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Contrato de Seguros (CPC 5); - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

	2023	2022
Produtos entregues à Cooperativa:		
Açúcar	-	1.113
Etanol	-	346
Manutenção entressafra	48.058	53.887
Almoxarifado	21.136	35.223
Cibios	6.924	3.725
Total	76.118	94.294

	2023	2022
Área de colheita (hectares)	43.256	45.642
Produtividade (toneladas de cana por hectare)	77,80	71,30
Quantidade de ATR (kg)	139,0	141,8
Preço do Kg de ATR médio (R\$/kg)	1,1707	1,1846

	2023	2022
Em 31 de março de 2023 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 11,27% ao ano (7,42% ao ano em 31 de março de 2022). A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais de para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 45.530. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 21.950. As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade nos setores de etanol e açúcar e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo o volume de colheita. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso cria variações de estoques, que geralmente encontram-se mais elevado em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro).		

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Ativo não circulante	11.065	3.245
Ativo não circulante	13.932	13.910

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Ativo não circulante	11.065	3.245
Ativo não circulante	13.932	13.910

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Ativo não circulante	11.065	3.245
Ativo não circulante	13.932	13.910

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.747	3.744
Programa de Integração Social (PIS)	2.554	840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	12.862	9.704
Outros	2.834	2.867
Total	24.997	17.155

	2023	2022
--	------	------

Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de março de 2023, as parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento por período	R\$
13 a 24 meses	124.245
25 a 36 meses	164.981
37 a 48 meses	202.662
49 a 60 meses	66.810
61 a 72 meses	67.198
73 a 84 meses	41.529
	667.425

21. Obrigações - Cooperativa

	2023	2022
Parcelamento Lei nº 11.941/09 - Cooperativa (I)	797	1.225
Parcelamento Lei nº 11.941/09 - Arrepar (II)	1.530	2.373
Repasses financeiros (III):		
- Adiantamentos-outros repasses	33.092	32.335
Total	35.419	35.993

(I) Parcelamento Lei nº 11.941/09 - Cooperativa: A Companhia reconheceu em seu passivo, a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09 referente ao IPF - Imposto sobre Produtos Industriais realizado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em setembro de 2011 em 161 parcelas. (II) Parcelamento Lei nº 11.941/09 - Arrepar: Refere-se ao parcelamento da Lei 11.941/09 em 161 parcelas homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil referente à cobrança de imposto de renda e contribuição social por suposto ganho de capital contra a 1770 Participações S.A., que foi incorporada pela Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, devendo provar os recursos necessários para o parcelamento, emitiu um Termo de Retificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa. (III) Repasses financeiros: Os adiantamentos de capital de giro correspondem a uma série de recursos sob a forma de empréstimos de 8,65% a.a. repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo a título de empréstimos. Os demais repasses são substancialmente compostos por valores decorrentes de operações *sub-judice*, garantidas por Letras de Câmbio, avais da Diretoria e produção de açúcar e etanol, registradas pela Cooperativa no passivo não circulante como provisão para contingências.

22. Impostos parcelados

	2023	2022
Parcelamento Lei nº 11.941/09 (a)	2.599	3.978
Parcelamento Lei nº 12.865/13 (b)	1.342	1.243
Total	3.733	5.221

Passivo não circulante

	2023	2022
Total	1.641	1.540
Passivo não circulante	2.092	3.681

Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	196.944	313.286
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social - precatório	34%	34%
Valor justo <i>hedge accounting</i>	(66.961)	(106.517)
Precatório - <i>pis/cofins</i>	10.672	12.199
Diferença custo - parceria agrícola	(4.642)	(9.585)
Outras adições e exclusões líquidas	1.329	(6.266)
IRRF - Cbiod	(2.607)	(1.242)
Corrente	(44.778)	(44.778)
Outros créditos	(62.209)	(67.233)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(62.209)	(111.411)
Alíquota efetiva	32%	36%

Lei nº 12.973/2014: A Administração efetuou uma avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973/2014 em 14 de maio de 2014 e IN-RFB 1515, introduzindo alterações na legislação fiscal federal e extinguindo o RTT - Regime de Tributação Transitória e optou em antecipar para 2014 os seus dispositivos legais.

23. Patrimônio líquido

	2023	2022
Capital social: O capital social está representado por 100.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 23 de junho de 2022, pela deliberação da AGO/e, o capital social passou para o montante de R\$ 548.919, com aumento de R\$ 69.606 mediante a capitalização da Reserva de Investimentos.	611.100.000	611.100.000
DF - Dinâmica e Participação S.A.	38.890.000	38.890.000
CD - Dinâmica e Participação S.A.	38.890.000	38.890.000
Total	100.000.000	100.000.000

Em 31 de março de 2023

	Valor justo por meio do resultado	Ativos aos custos amortizado	Passivos aos custos amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Caixa e bancos	-	179	-	179	-	-	-	179
Aplicações financeiras	245.521	-	-	245.521	-	245.521	-	245.521
Conta-corrente - Cooperativa	-	93.671	-	93.671	-	-	-	93.671
Contas a receber	-	281	-	281	-	-	-	281
Outros créditos	-	58.355	-	58.355	-	-	-	58.355
Instrumentos financeiros derivativos	18.794	-	-	18.794	-	-	-	18.794
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(44.204)	(44.204)	(44.204)	-	-	-	(44.204)
Obrigações - Cooperativa	-	(35.419)	(35.419)	(35.419)	-	-	-	(35.419)
Outras contas a pagar	-	(55.292)	(55.292)	(55.292)	-	-	-	(55.292)
Empréstimos e financiamentos	-	(771.923)	(771.923)	(692.885)	-	-	-	(692.885)
Arrendamentos e parcerias a pagar	-	(245.248)	(245.248)	(245.248)	-	-	-	(245.248)

Em 31 de março de 2022

	Valor justo por meio do resultado	Ativos aos custos amortizado	Passivos aos custos amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Caixa e bancos	-	106	-	106	-	-	-	106
Aplicações financeiras	355.340	-	-	355.340	-	355.340	-	355.340
Instrumentos financeiros derivativos	27.969	-	-	27.969	-	-	-	27.969
Conta-corrente - Cooperativa	-	90.448	-	90.448	-	-	-	90.448
Contas a receber	-	100	-	100	-	-	-	100
Outros créditos	-	37.375	-	37.375	-	-	-	37.375
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(62.697)	(62.697)	(62.697)	-	-	-	(62.697)
Obrigações - Cooperativa	-	(35.419)	(35.419)	(35.419)	-	-	-	(35.419)
Outras contas a pagar	-	(61.134)	(61.134)	(61.134)	-	-	-	(61.134)
Empréstimos e financiamentos	-	(815.706)	(815.706)	(843.826)	-	-	-	(843.826)
Arrendamentos e parcerias a pagar	-	(245.248)	(245.248)	(245.248)	-	-	-	(245.248)

Valor justo versus valor contábil: Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, substancialmente, de seus respectivos valores de mercado. **B. Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito - Risco de liquidez - e - Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos é revisado frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e consistente em suas operações e para suas atividades. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras: **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia tem como princípio trabalhar com instituições financeiras de primeira linha que apresentam maior solidez levando em consideração o seu *rating*, devendo ser igual ou superior à A e melhores condições de mercado em relação a taxas e prazos. A Companhia mitiga o risco de crédito mantendo os saldos de aplicações financeiras a fim de cobrir eventuais descasamentos entre os recebimentos e pagamentos. Não existe na história da Companhia registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa. **Conta corrente - Cooperativa:** O conta-corrente Cooperativa corresponde aos direitos a receber pela comercialização de produtos da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Toda a receita de vendas de produtos da Companhia é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Companhia entrega toda a sua produção e esta comercializa os produtos, açúcar e etanol. A Companhia opera desde a sua fundação (há mais de 50 anos) no modelo cooperativo e não apre-

(a) Parcelamento da Lei nº 11.941/09: Parcelamento das contribuições ao INSS sobre produção, folha de pagamento rural e outros débitos. Os valores encontram-se registrados nas demonstrações financeiras e foram consolidados pela Secretaria da Receita Federal em 2011 em 180 parcelas. (b) Reabertura parcelamento Lei nº 12.865/13: Parcelamento das contribuições ao INSS sobre folha de pagamento rural e outros débitos. Os valores encontram-se registrados nas demonstrações financeiras e foram consolidados pela Secretaria da Receita Federal em 2015 em 180 parcelas.

23. Provisão para contingências

A movimentação dos saldos está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de abril de 2021	2.930	2.930
Adição (baixa) de processos	(1.627)	(1.627)
Saldo em 31 de março de 2022	1.303	1.303
Adição (baixa) de processos	193	193
Saldo em 31 de março de 2023	1.496	1.496

A Companhia possui processos judiciais de natureza cível, tributárias e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos externos e pela Administração como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 20.695 em 31 de março de 2023 (R\$ 14.270 em 31 de março de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Processos tributários/administrativos	12.317	9.200
Processos civis	6.740	4.590
Processos trabalhistas	1.638	480
Total	20.695	14.270

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamento do Pronunciamento Técnico CPC 26 e CPC 32. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são atualizadas anualmente, caso haja fatos relevantes que venha a modificar as projeções. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos de ativos, passivos e resultado geram atribuições da seguinte forma. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, levando em consideração o histórico dos últimos anos, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que não possuem prazo prescricional.

	Ativo/(Passivo)	2023	2022	Resultado	2023	2022
		8.125	4.642	(3.519)	(26.073)	-
		5.522	5.522	-	-	5.522
		14.258	15.995	(1.738)	(2.790)	-
		11.764	8.544	-	3.220	5.662
		1.620	(475)	-	2.195	(3.847)
		(80.556)	(83.111)	-	(17.405)	(15.189)
		(127.243)	(136.906)	-	9.663	9.697
		(55.546)	(55.878)	-	332	(386)
		(212.881)	(181.817)	-	(31.064)	(29.546)
		(136.829)	(112.327)	-	(24.502)	(6.469)
		(21.181)	(15.656)	-	(5.525)	(8.254)
		(2.703)	(2.703)	-	-	-
		(6.391)	(2.703)	-	3.117	9.999
		(2.354)	(1.268)	-	(1.087)	4.047
		(1.489)	(6.113)	-	4.624	(6.113)
		(3.087)	(829)	-	(2.258)	(829)
		(588.971)	(532.027)	(1.738)	(62.209)	(67.233)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

Reservas de lucros: (I) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(II) Reserva de retenção de lucros:** Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2023 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de retenção de lucros, e estão à disposição dos acionistas. **(III) Reserva para investimentos:** É constituída do lucro líquido do exercício, nos termos do Estatuto Social, destinada exclusivamente para financiar a ampliação da capacidade produtiva da Companhia e diversos projetos de aperfeiçoamento de processo, até o limite previsto no art. 199 da Lei das Sociedades por ações. **Dividendos:** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 10% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades de Ações. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pela Assembleia de Acionistas da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados durante o exercício. **Ajustes de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: Efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e do ICP 10.0 e da avaliação a valor justo das propriedades para investimento, ambos deduzidos do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos. O custo atribuído é realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem e o saldo referente a propriedades para investimento será realizado mediante alienação dos ativos correspondentes.

26. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Total venda de produtos no mercado externo

	2023	2022
Agência Fiscal	50.110	86.202
Açúcar VHP	39.091	94.868
Etanol Anidro	29.853	17.511
Etanol Hidratado	9.084	7.744
Total	128.138	206.325

Total venda de produtos no mercado interno

	2023	2022
Açúcar Cristal	430.213	268.155
Açúcar VHP	4.659	33.324
Etanol Anidro	269.840	331.169
Etanol Hidratado	142.750	139.698
Levedura	20.793	17.703
Bagaço	11.055	15.867
Cbios	17.378	8.280
Óleo Fusel	1.368	698
Total	898.055	814.494

Total venda de produtos no mercado interno Total sobre vendas

	2023	2022
Açúcar Cristal	1.026.193	1.020.819
Açúcar VHP	(40.787)	(25.667)
Açúcar VHP	(450)	(3.163)
Etanol Anidro	(9.943)	(21.267)
Etanol Hidratado	(19.598)	(26.748)
Levedura	(5.913)	(2.565)
Bagaço	(1.102)	(1.441)
Cbios	(1.608)	(765)
Óleo Fusel	(447)	(247)
Total	946.848	(81.863)

Total receita operacional líquida

	2023	2022
Total dos impostos sobre vendas	(9.948)	(81.863)
Total receita operacional líquida	936.943	938.956

29. Despesas e custos operacionais por natureza

As informações sobre a natureza do custo dos produtos vendidos, das despesas gerais e administrativas e de vendas segue abaixo:

	2023	2022
Custos por natureza		
Gastos com pessoal - salários e encargos	(11.788)	(10.568)
Matéria-prima adquirida de terceiros	(176.492)	(151.405)
CCP - Corte, carregamento e transporte	(13.203)	(12.914)
Depreciação e amortização	(209.171)	(196.714)
Consumo ativo biológico - tratos culturais	(142.682)	(98.189)
Insumos e materiais consumo - industrial	(30.914)	(26.780)
Serviços terceiros - industrial	(12.558)	(9.928)
Outros custos industriais	(11.907)	(5.853)
Custos industriais - levedura	(3.847)	(3.759)
Custos indiretos - Cooperativa	(11.300)	(11.359)
Créditos tributários	2.297	950
Total	(740.330)	(626.331)

32. Transações com partes relacionadas

Controlador: O controlador final da Companhia é a CD Administração e Participação S.A., que detém 61,11% do seu capital social em 31 de março de 2023 e 2022. **Operações com pessoal chave da Administração:** O pessoal chave da Administração é composto pelo Conselho de Administração eleito anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas e pela Diretoria eleita anualmente pelo Conselho de Administração. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício, a título de benefícios de curto prazo, foi de R\$ 6.162 em março de 2022. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo. **Principais saldos e transações que afetaram o resultado:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício findo em 31 de março foram realizados em condições específicas entre as partes para os respectivos tipos de operações e se referem basicamente ao fornecimento de cana-de-açúcar, entregas de recursos e distribuição de dividendos:

	Nota	Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	Resultado	2023	2022
Adiantante										
Adiantamento a fornecedores cana	1.383	3.194	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de cana	-	-	12	250	12	250	(21.102)	(16.405)	-	-
Dividendos a pagar para acionistas	13	-	-	12.995	19.320	-	-	-	-	-
Total		1.383	3.194	13.007	19.570	(21.102)	(16.405)			
Não circulante										
Recursos de administradores	13	-	-	39.298	39.412	(5.526)	(2.774)	-	-	-
Recursos - outros	13	-								